

5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA
SESSÃO REALIZADA NO DIA CINCO DE DEZEMBRO DE 2024

ATA NÚMERO SESSENTA E DOIS

10 Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e catorze minutos, teve lugar uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa, a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, e a 2ª Secretária, Dália Miranda Lopes Eira.-----

15 Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Carla Isabel Argueles Cáceres, Carlos José Pinto Vergueiro, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Jaime da Silva Quintas, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim de Sousa Rocha, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Alexandra Mónica Soares Amaro, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, 20 Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Filipe da Silva Lopes, João Morais de Sousa, Joaquim César Ramos Rodrigues, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria José Guerra Gamboa Campos, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Serafim da Silva Teixeira, Carla Maria Rodrigues Costa, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, Paulo José Melo Martins, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, João Emanuel de Gouveia 25 Martins, Nelson de Jesus Martins da Silva, André Araújo Ferreira e Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira. ---

Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais: Abel Filipe Dias Gonçalves, substituído por José Manuel Silva Ferreira, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, substituído por Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira, Joaquim António Dias Tavares, substituído por Jorge Filipe Gomes Pereira, Natália Maria Soares Gonçalves, substituída por Manuel 30 Benjamim Leite Soares, Rui Pedro Fernandes Teixeira, substituído por Aurora Marina Paula Ferreira Teixeira, Tiago Filipe da Costa Braga, substituído por João Pedro Ferreira Martins, José Fernando Santos Almeida, substituído por Júlia Dorinda Lima Sampaio, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, substituída por Beatriz Castro Pinto, Jorge Manuel dos Santos Pereira, substituído por Alcides do Couto Pereira e Pedro Petiz de Castro Viana, substituído por Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto. -----

- 5 Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído(a) nos termos da Lei pelo seu representante legal, os(as) seguintes Presidentes de Junta: Alcino de Sousa Lopes, substituído por Sofia Alexandra Oliveira Ramos, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, substituída por Maria Cacilda Guedes da Silva Lopes. -----
- Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues e os Senhores(as) Vereadores (as): Dário Soares Freitas da Silva, Paula Cristina Martins
- 10 Carvalho, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Maria Mendes Correia, Manuel de Oliveira Guedes e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. -----
- Estiveram ausentes, a senhora Vice-Presidente Marina Raquel Lopes Mendes e os Senhores(as) Vereadores (as) José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar e Isabel Maria Carvalho Correia de Sousa -----

15 **Ponto 1 - Público.**-----

- Senhor Paulo Pintasilgo (Freguesia de Canelas)** na sua intervenção disse estar em representação de um grupo de moradores, da zona do Regato em Canelas, deixando as suas preocupações relativamente à instalação de um edifício industrial com fundamento ou finalidade logística numa zona residencial. Esse
- 20 edifício ou construção começou há poucos dias, sem qualquer tipo de edital presente e com deposição de entulho nesse espaço, tendo sido levantado um auto. Questionada a Junta de Freguesia de Canelas acerca da legalidade ou não daquela situação, informaram que nada conheciam, seguidamente os mesmos contataram ainda a Gaiurb, e verificaram que existia uma planta aprovada, que cumpria com aquilo que estaria destinado no PDM. Depois dessa aprovação tinha havido um aditamento, a construção na área de
- 25 transição, implicava a instalação de um posto de combustível dentro desse armazém logístico, apresentava também uma segunda linha de orientação de edifícios. Um edifício com 14 metros de altura, numa zona residencial, que iria trabalhar 24 horas por dia, numa área considerada de descanso, no final de um dia de trabalho. Pediam ao presidente uma reavaliação do processo aprovado, com o número 9418/22, daquilo que para eles estava repleto de várias inconsistências.-----
- 30 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** respondeu que no momento não conseguiria ter acesso ao processo. Aparentemente, parecia que o processo estaria em condições do ponto de vista da legalidade. Depois de apresentarem um requerimento para reapreciação a Câmara reapreciará, os moradores não tinham de aceitar o que a Câmara aprovava, porque a Câmara não era discricionária nas aprovações. Teriam de aceitar o que a lei permitia, e o PDM, que era de 2009. Mas a verdade é que para
- 35 quem tivesse um terreno, fosse ele qual fosse, com uma capacidade construtiva, evidentemente, que o município não poderia, por seu bel-prazer, dizer que esteticamente não ficava bem, ou se enquadrava no

5 PDM. Claro que colocar uma bomba de gasolina ao lado de uma escola não era exatamente uma coisa que
não pudesse ser apreciada em termos de adequação, ainda que o PDM o permitisse. Para funcionar 24 horas,
aquela zona não o permitiria, tinha algumas dúvidas. Tinha a certeza de que todos os processos urbanísticos
iam às juntas para apreciação. Admitia que pudesse não ter existido por capacidade técnica para fazer uma
apreciação técnica, mas não se poderia dizer que as juntas não sabiam de nada. Deixou ainda mais alguns
10 esclarecimentos ao Município. -----

Ponto 3 - Período de Antes da Ordem do Dia -----

Senhor Deputado João Emanuel de Gouveia Martins (BE) apresentou um **Voto de Saudação** “45 Anos do
15 Serviço Nacional de Saúde”, conforme documento em anexo (**vide anexo 1**). -----

Senhor Deputado Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto (IL) apresentou um **Voto de Recomendação** o
“Papel da Polícia Municipal na fiscalização e organização do trânsito”, conforme documento em anexo (**vide**
anexo 2). -----

Senhora Deputada Beatriz Castro Pinto (CDU) apresentou um **Voto de Recomendação** “Via de Cintura
20 Interna”, conforme documento em anexo (**vide anexo 3**). -----

Senhor Deputado Joaquim Moreira Barbosa (PSD) apresentou uma **Moção** “25 de novembro”, conforme
documento em anexo (**vide anexo 4**). -----

Senhor Deputado João Paulo Rebelo da Silva (PS) Ainda sobre o 25 de novembro, leu uma intervenção que,
por força das questões regimentais, tinham a intenção de a apresentar como uma moção, mas dado o
25 protocolo fariam isso na próxima reunião. No entanto, do ponto de vista da intervenção, e porque fazia
sentido naquele dia os debates, sobre o 25 de novembro, apresentavam conforme documento em anexo
(**vide anexo 5**). A Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em sessão, e quando fosse oportuno
e possível, apresentariam a moção como intervenção, e seria colocada a votação do Plenário, com a
importância que achavam dever ser, solene, dos 50 anos do 25 de novembro, a concretizar no próximo ano
30 e que naquele momento se fizesse a comemoração do ponto. Do ponto de vista do Partido Socialista, iriam
acompanhar o Bloco de Esquerda na proposta sobre a saúde e a CDU na questão da VCI. Iriam votar contra
a proposta da Iniciativa liberal, relativamente à Polícia Municipal -----

Senhor Deputado Paulo José Melo Martins, (PSD) disse que falaria sobre a moção do PSD, mas antes sobre
o deputado que lhe antecedeu, que o obrigava a dizer, e em jeito de brincadeira, que o “pai” do “25 de
35 novembro” tinha sido o Partido Socialista. Quanto às propostas do BE, sobre os 45 anos do Serviço Nacional
de Saúde, que tem no PS e no PSD, provavelmente os partidos que o lideraram durante todo esse processo,

5 havia uma passagem, que os deixava confusos. A lei que criou o Serviço Nacional de Saúde há 45 anos, dizia e citando “incumbe prioritariamente ao Estado disciplinar e fiscalizar as formas empresariais e privadas da medicina, articulando com o Serviço Nacional de Saúde”, e logo a seguir dizem: “mas a Lei de Bases de Saúde no 48º do Governo do PSD trocou tudo”. O Estado apoiava o desenvolvimento do sector privado de prestação de cuidados de saúde. Metia-lhe muita confusão aquela embirração ideológica. A propósito da intervenção do deputado João Martins, também deviam recordar o Hospital de Braga que já teve uma parceria pública ou privada, durante dez anos, poupando 80 milhões € ao Estado. Em 31 de agosto de 2019, essa parceria público privada terminou e até então, esse hospital foi considerado o melhor hospital do país. A partir daí era só pesquisarem e verem como é que ficaram os utentes que até ali estavam satisfeitos, o corpo clínico e também como ficou a lista de espera. Era uma birra ideológica. Se a alterassem votariam a favor, caso contrário iriam votar contra. Sobre a proposta apresentada pela IL, votariam a favor, mas consideravam que no momento não se justificaria, porque com maior ou menor rigor, isso já acontecia. A Câmara Municipal provavelmente poderia dar uma justificação sobre isso. Quanto à proposta da CDU, relativamente á Via de Cintura Interna lembrava que voltavam a falar da A29 e esqueciam a A32. -----

Senhor Deputado André Araújo Ferreira (CDU) referiu duas notas sobre o voto do Grupo Municipal da IL, lembrar que o PCP propôs a abolição das SCUT. Relativamente às comemorações do 25 de novembro, que a direita mais reacionária decidiu impor no calendário político, era essencialmente um ato revanchista contra a revolução do 25 de Abril, de desvalorização e afrontamento aos seus valores e conquistas, uma opção movida por um recalçado e antidemocrático inconformismo com a Revolução de Abril. Um tardio assombro de ajuste de contas da direita com esse ato maior, da história do país, uma operação em si mesmo condenável, mas ainda mais quando imposto no ano em que se comemorava o quinquagésimo aniversário da Revolução de Abril. O que queriam era reintroduzir antigos fatores de divisão na sociedade portuguesa, algo que sucessivos governos de diferentes partidos nunca fizeram. -----

Senhor Deputado Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto (IL) Começou por citar Mário Soares, que tinha dito, a 1 de dezembro de 2010, que o 25 de novembro era, na história contemporânea de Portugal, uma data tão importante para a afirmação da democracia pluralista, pluripartidária e civilista que no presente tínhamos como a “Revolução dos Cravos”. Em 2021 tinha proposto assinalar essa data naquela Assembleia Municipal, não tendo merecido o acolhimento da maioria. Ficava feliz que em 2024 se celebrasse uma data essencial para a democracia em Portugal. Quanto à moção do Grupo Municipal do BE, lamentava que se diabolizasse a iniciativa privada na saúde, que poderia e deveria ser complementar a um Serviço Nacional de Saúde forte e sólido. Nos últimos 24 anos, assistia-se a SNS que encerrava maternidades, que encerrava urgências ou transformava urgências polivalentes em básicas. A falta de pessoal médico, tinha deixado de ser a exceção para ser quase a regra. Continuou a falar de modulação da saúde a nível estatal. O modelo defendido pelo Grupo Municipal da IL era comumente adotado na Europa Ocidental. Finalmente, sobre a

5 moção do Grupo Municipal da CDU sobre o fim das portagens, que foi aprovado na Assembleia da República, com os votos a favor do PS e do CH, levou a que nos próximos dez anos, Portugal perdesse 1000 milhões de receita, que tinha de acabar porque ia, via Orçamento de Estado, para os concessionários. Outra questão era a questão levantada pelo deputado Paulo Martins, a A32, as pessoas do Olival mereciam o mesmo tratamento que as pessoas da orla marítima de Gaia. Por esses aspetos e todos os outros, a IL iria abster-se.
10 Em todo o caso, dava os parabéns por terem feito um voto bastante sólido a nível técnico.-----

Senhor Deputado Luís Miguel Pereira Alves Nogueira (CDS-PP) perante a moção apresentada pelo PSD sobre o 25 de novembro, disse que a visão do CDS, partido Moderado e Democrático, poder-se-ia espelhar também nalgumas citações de pessoas que não sendo do CDS, nunca o foram, mas nas quais se reviam inteiramente em quase tudo aquilo, que o deputado do PS tinha dito, e em quase tudo aquilo que o deputado do PSD
15 também tinha dito. Era esse o entendimento do CDS. O dia 25 de novembro teria de ser recordado e celebrado por todos aqueles que prezavam e amavam a liberdade e a democracia, pois ambas, a 24 de novembro de 75, estavam ameaçadas. Só com o esforço das forças moderadas e democráticas, e nelas não incluíam o PCP, é que tinha sido possível termos a democracia que atualmente tínhamos. Com a liderança do PS, o PS foi determinante para termos a democracia e a paz social o que louvavam. Citando Ramalho Eanes,
20 disse que o esquecimento do 25 de novembro não ajudava a democracia, porque foi a data em que a democracia se consolidou, essa data deveria ser celebrada tal como acontecia com o 25 de Abril. Não o tendo sido até ao presente O 25 de novembro seria uma correção, porque alguém se queria desviar desse caminho da liberdade. O ambiente que se vivia até ao 25 de novembro era de caos, era a desordem, era o bullying extremista de quem queria impor a um país um regime ditatorial como existia até então. E citando Zita
25 Seabra, que era dirigente do Partido Comunista, ela própria tinha dito que desde que Cunhal apresentou o livro Rumo à Vitória, o que o PCP queria para Portugal era claro, a insubordinação popular armada. Existiam feridas que foram saradas, que deveriam ser lembradas, até para desmascarar algumas hipocrisias, mas não para fazer algazarra disso. Deveríamos celebrar sempre a liberdade. Votaria favoravelmente a moção do PSD, acompanhando também o que o PS trouxera á Assembleia. Em relação às restantes moções e dirigindo-
30 se ao Deputado João Martins., disse não existir um público bom e um privado mau. Existia uma boa gestão ou uma má gestão. Se o público fosse bem gerido, deixavam estar. Se o privado era melhor que o público, teriam de pensar nisso, comparar e avaliar do seu valor. Na sua opinião não podíamos era ser rígidos, o sector privado da saúde só existia porque o sector público não tinha conseguido responder àquilo que os utentes queriam do Serviço Nacional de Saúde. Era por isso que metade da população portuguesa já tinha seguro de
35 saúde ou se queriam ser atendidos com alguma celeridade, usavam o seu seguro de saúde ou o seu subsistema de saúde para aceder aos hospitais—privados.—Para terminar, disse acompanharem favoravelmente o voto da CDU e o voto da IL. Faziam a ressalva que achavam que a Polícia Municipal deveria agir mediante as suas capacidades, como era óbvio.-----

5 **Na sequência de um pedido de interpelação á mesa, por parte do PSD, e recusado, foi solicitado pelo grupo Municipal do PSD, a suspensão dos trabalhos por cinco minutos.** -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, *anunciou a votação dos documentos pela ordem que foram apresentados e perguntou ao Bloco de Esquerda se aceitaria alterar o documento, conforme pedido do PSD.*-----

10 **Senhor Deputado João Emanuel de Gouveia Martins (BE) respondeu ao senhor Deputado Paulo Martins, e tendo apreço por ele, que não, tendo em conta um parecer do Tribunal de Contas de 2016, que dizia que o Hospital de Braga estava a falhar nas suas funções.** -----

15 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Saudação, apresentado pelo Grupo Municipal da BE, “45 Anos do Serviço Nacional de Saúde”.**-----

Votação: Aprovado por Maioria, com 39 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN), 05 votos contra do PSD, e 04 abstenções (02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 da IL). -----

20 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Recomendação, apresentado pelo Grupo Municipal da IL, “Papel da Polícia Municipal na fiscalização e organização do trânsito”.**-----

Votação: Rejeitado por Maioria, com 34 votos a contra (19 do PS e do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS), 09 votos a favor (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 da IL) e 05 abstenções (02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN). -----

25 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Recomendação, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, “Via de Cintura Interna”.**-----

Votação: Aprovado por Maioria, com 47 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do CH e 01 do PAN) e 01 abstenção da IL.-----

30 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Moção, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, “25 de novembro”.** -----

Votação: Rejeitado por Maioria, com 39 votos contra (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN), 09 votos a favor (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 da IL).-----

5 **4.20. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Orçamento e Opções do Plano para o ano 2025, nos termos do art.º 27.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro (alterada pela Lei n.º 66/2020)”.**-----

10 **O Senhor Presidente da Mesa** Pediu a todos os deputados que intervissem com a máxima contenção, dizendo tudo o que tivesse de ser dito, mas se houvesse necessidade, no decurso daquilo que os deputados iam dizendo, se alguma força política entendesse intervir que sinalizasse. Era mais fácil para a condução dos trabalhos.-----

Pedido de Esclarecimento do Senhor Deputado Paulo José Melo Martins, (PSD) Disse que a única intervenção que iria ser feita era da deputada Ivone Santos. Não era habilidade, mas simplesmente para acautelar a possibilidade de falar, caso fosse interpelado por outro deputado.-----

15 **Senhor Deputado Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto (IL)** sobre o Orçamento Municipal para 2025, disse que representava algo de especial, representava o último orçamento municipal de um executivo que já estava no poder há 11 anos. Era o culminar de toda uma visão política para Vila Nova de Gaia. Primeiro, o lado da receita, particularmente os impostos diretos, esclarecia um ponto respeitante à última sessão da Assembleia Municipal, particularmente no que dizia respeito ao IMI, que segundo o Código de IMI, a taxa dos prédios rústicos era totalmente fixa 0,8%, no entanto, o Código de IMI permitia alguma flexibilidade no que dizia respeito à aplicação da taxa dos prédios urbanos, sendo que Gaia escolheu por maioria fixar a taxa para 0,36%. A IL, tinha proposto uma taxa diferenciada para as freguesias do município, tendo em conta que o concelho era heterogéneo com valências, infraestruturas e desafios. O Presidente executivo apontou que representava uma perda de receita para aquelas freguesias aludindo à receita dos prédios rústicos.

20 Continuou a expor o seu ponto de vista, analisando o art, 23 sobre a aplicação do IMI e para justificar a sua posição. Analisando os mapas Previsionais, verificou um resultado líquido do período de cerca de 1,5 milhões € para 2025, o qual achou um valor incipiente, face a todos os compromissos decorrentes de projetos plurianuais de investimentos, mas que permitiria alguma margem para aquela diferenciação fiscal que, o executivo não quis tomar partido. Do lado da despesa, reconhecia a existência e a insistência do Executivo na despesa, na educação e que esperavam que trouxesse retorno ao município a longo prazo. A despesa na educação por produzir efeitos a médio e longo prazo e não de forma imediata, tendia a ter menos atenção numa perspetiva local. No entanto, era positivo que Gaia tivesse feito um investimento contínuo nessa matéria, mesmo por vezes, em alguns experimentalismos. Perguntou por vários investimentos prometidos, tais como a construção, na margem sul do rio, de uma nova Leonesa, com a promessa de 15.000 postos de trabalho, o que aconteceu com o Skyline, qual o ponto de situação desses investimentos. Lamentava que Gaia chegasse a 2025 e não fechasse com chave de ouro 12 anos de governação socialista, quer do lado da receita, quer do lado da despesa. Os pontos fortes da governação do atual executivo não conseguiu suplantar

30

35

5 aquilo que eram as fragilidades e os pontos fracos decorrentes de decisões políticas constantes naquele documento. Por todos os argumentos expostos a IL votaria contra o Orçamento. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues disse, que por uma questão de economia de tempo, e porque muitas questões podiam ser idênticas ou sobre os mesmos assuntos, responderia no final a todas as questões. Abriu uma exceção para dizer ao deputado do IL, que tomou nota das questões
10 levantadas, que em nada tinham a ver com o Plano e Orçamento, mas com o relatório e contas. Em abril falariam. -----

Senhor Deputado Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira (PAN) disse, que sendo o Orçamento Municipal um documento estruturante das políticas que se queriam implementar e desenvolver, deveriam sempre refletir numa ideia de progresso económico, social e ambiental, num quadro de sustentabilidade. Era nesse modelo
15 conceptual que a posição do PAN se afirmava, passando por uma visão integrada e interligada entre as diferentes áreas, desde a adaptação à mitigação e resiliência em relação às alterações climáticas, a mobilidade, o ordenamento do território à habitação e educação à saúde, a sustentabilidade das contas, o investimento duradouro e a proteção animal. O PAN tinha trazido a debate, quer naquela Assembleia Municipal, quer no âmbito do exercício de direito de oposição, temas relacionados com a literacia ambiental,
20 com a mobilidade inclusiva, resíduos, a economia circular, a transição energética, a dinamização de comunidades energéticas, a violência, a igualdade de género, a problemática da discriminação em relação à orientação sexual, a saúde e a proteção animal. Para terminar, apesar de estarem de acordo com muitas das medidas anunciadas, certo era que outras ficaram aquém daquilo que era expectável e nesse sentido, a abstenção era aquela que melhor definia a sua posição sobre o Orçamento, conforme documento em anexo
25 **(vide anexo 6)** -----

Senhor Deputado Alcides do Couto Pereira (CH) disse, ao analisar o Orçamento Municipal de Vila Nova de Gaia para 2025, verificarem que se tratava de um documento que, lamentavelmente, espelhava falta de ambição na gestão autárquica dos últimos 12 anos. Com uma receita prevista de 284 milhões €, o maior orçamento de sempre. Seria expectável um plano ambicioso e transformador para o terceiro maior município
30 do país. Contudo, o que lhes era apresentado não passava de um exercício de protelação. Um documento que não ia ao encontro das reais necessidades de todos os gaienses. Em 12 anos de governação, o executivo beneficiou de cerca de 2 milhões € em receitas, um período extraordinário de crescimento financeiro que, infelizmente, não se traduziu num desenvolvimento proporcional do concelho. Continuávamos a ter assimetrias entre freguesias do litoral, centro e interior, tais como transportes, saúde, criação de postos de
35 trabalho e outros. Por todas as razões, aquele orçamento não era mais do que o exercício de protelação. Por essa ausência total de visão estratégica para o desenvolvimento de todo o concelho, o voto seria contra, conforme documento em anexo **(vide anexo 7)** -----

5 **Senhor Deputado André Araújo Ferreira (CDU)** disse, estarmos longe do concelho vibrante que garantisse a quem ali vivesse e trabalhasse a qualidade de vida que se exigia em diversas áreas centrais para a determinação da qualidade de vida, como a habitação, a mobilidade, até dos mínimos necessários. Assim, aquele Orçamento refletia naturalmente, 12 anos de uma gestão autárquica. Uma oportunidade única, do ponto de vista das condições políticas reunidas e repetível, com a maioria na Câmara Municipal, na
10 Assembleia Municipal, nas Juntas de Freguesia. Vários anos de governo do mesmo partido e dois deles, inclusivamente em maioria absoluta. Uma oportunidade para falarem de um concelho profundamente mais coeso socialmente, territorialmente e culturalmente. As respostas que se deram foram insuficientes e as respostas erradas deixaram claro que se tratou de uma oportunidade desperdiçada. Com isso, a CDU não diz, como nunca disse, que Gaia estava parada no tempo. Vila Nova de Gaia, integrada na área urbana do Porto,
15 necessitava de uma estratégia metropolitana para o transporte público, uma rede integrada, articulada e coerente entre os vários modos de transporte público. Além de ser um imperativo constitucional, era uma urgência do século. Do serviço de transporte á habitação, que desde cedo caracterizaram como mais uma transferência de encargos, do que de competências. Afirmaram que nenhum Presidente de Câmara, de nenhum partido, ou de nenhum lugar, podia verdadeiramente afirmar que sozinho iria resolver os problemas
20 na habitação. Por mais boa vontade que tivesse, por mais que colocasse envelopes financeiros, dirigindo-se a todos afirmou que na Assembleia Municipal, a CDU tinha levado aquelas e outras questões, outros problemas e outros desafios. Concordando ou discordando, como era normal de qualquer intervenção, a CDU sempre contribuiu para que o debate ali fosse sempre ligado aos problemas do povo. Da sua parte e pelo facto de se tratar do último debate do Orçamento, cumprimentava o Senhor Presidente da Assembleia
25 Municipal, cumprimentava o seu Presidente da Câmara Municipal pelos debates e pelos esclarecimentos que deu ao longo do mandato. Terminava como começou e citando “Do concelho que temos ao concelho que queremos vai sem dúvida uma grande distância.” -----

Senhor Deputado João Emanuel de Gouveia Martins (BE) referiu que, a apresentação e aprovação do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano era um passo de máxima importância para a
30 governação de um município. Achava que era uma ideia que todos concordavam e subscreviam. Mas tinha falta de capacidade de leitura dos documentos que chegaram. Havia muitos mapas em anexo que não estavam legíveis e era uma dificuldade para a análise concreta. Sugeriu para que no futuro os mapas fossem disponibilizados numa folha de cálculo editável para permitir fazer contas, sem prejuízo de que a versão legalmente válida fosse a que era fornecida em formato de PDF. -----

35 **Senhora Deputada Ivone Maria Oliveira de Sá Santos (PSD)** na sua intervenção, relativamente ao ponto em discussão, referiu que, tendo presente que, conforme o estipulado na Constituição da República Portuguesa, artigo 235, “as autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas”, consideravam que a elaboração do

5 orçamento de uma Câmara deveria, obrigatoriamente, ser norteada por esse fim e, nesse sentido, responder às necessidades mais prementes dos seus munícipes. A falta de habitação, os elevados valores de renda, inacessíveis a muitos dos gaienses, a falta de transportes coadunados às necessidades dos gaienses, sobretudo das freguesias mais distantes do centro da cidade, que parecia estar longe de estar resolvida com a atual prestação da UNIR, eram algumas das preocupações mais prementes dos gaienses e que deviam, portanto, estar subjacentes à elaboração do orçamento em apreciação, designadamente no que respeitava à política fiscal, de habitação e transportes. O PSD considera também ser fundamental implementar políticas que funcionem como polo de atracção de boas empresas para o Concelho de Gaia, que criem emprego qualificado. A elaboração do orçamento não pode também ser alheia aos novos desafios que se colocam, como sejam, designadamente, o envelhecimento da população e a necessidade de dar resposta a esta classe etária da população, as questões climáticas e ambientais, a pobreza energética e o desenvolvimento tecnológico. A Senhora Deputada salientou, ainda, que diversos investimentos mencionados no documento em apreciação já constavam de anteriores orçamentos e, até hoje, não foram sequer iniciados. A Senhora Deputada Ivone Santos salientou, também, que o PSD não podia deixar de repudiar a menção à gestão do executivo do PSD como sendo desastrosa quando todos sabiam que foi essa mesma gestão que muniu o concelho de infraestruturas que permitiram atrair investimento para o concelho, capaz de gerar receitas elevadíssimas, das quais beneficia o actual executivo. Ao abrigo da Estratégia Local de Habitação, preocupa o PSD o baixo grau de execução do contrato-programa, nomeadamente o reduzido número de entrega de casas e o atraso considerável na construção de novos fogos, sinais que indiciam o risco sério do Município perder parte substancial do financiamento ao abrigo do PRR e, ainda mais grave, ficar sem soluções para dar resposta, após 2026, aos cerca de 1.500 pedidos de habitação pendentes nos serviços municipais (Listagem da Gaiurb a Agosto de 2024) de famílias vulneráveis e em condição económica difícil. A Senhora Deputada Ivone Santos manifestou agrado com o acolhimento da fixação da participação variável no IRS nos 2,5%, patamar pelo qual o PSD tem, sucessivamente, pugnado, de modo a reduzir a discriminação negativa dos gaienses face aos portugueses de outros Municípios. Em relação ao IMI e à derrama, manifestou que a proposta de redução do PSD não teve o mesmo acolhimento. A Senhora Deputada Ivone Santos referiu que, em linha com os orçamentos apresentados em mandatos anteriores, o presente orçamento mantém a trajectória de crescimento das despesas com pessoal (+15,7M€ em 2022, + 13,5M€ em 2023, +6,1M€ em 2024 e +9,8M€ em 2025, ou seja, em 4 anos as despesas com pessoal mais do que duplicaram) e que o crescimento das despesas com pessoal, nesta ordem de grandeza, como o PSD tem vindo a referir ao longo dos anos, gera uma grande apreensão dado tratar-se de uma despesa “rígida” e que, em caso de retração da receita, poderá gerar pressões financeiras nas contas do Município. Salientou ainda que lhes parece que o acréscimo de custos com pessoal estimado para 2025 não será justificado apenas pela Descentralização de Competências – uma vez que parte do aumento decorrente desta já se encontrava reflectido em 2024 - nem

5 pelas actualizações salariais. A Senhora Deputada Ivone Santos referiu que o orçamento de 2025 apresentava lacunas de informação, pois, se do lado das receitas era possível aferir que o valor transferido para o Município no âmbito da transferência de competências era de 30,8M€, já do lado das despesas não era possível aferir o valor de despesa decorrente da transferência de competências, não sendo, assim, possível determinar o impacto das transferências de competências no saldo orçamental e apurar, conseqüentemente, a necessidade de reforço do Fundo de Financiamento de Descentralização de Competências, uma vez que Orçamento Municipal não pode ser onerado pelas competências transferidas. Por fim, a Senhora Deputada Ivone Santos referiu que constatavam que o orçamento apresentado cumpria com a regra do equilíbrio orçamental. Porém, não deixavam de manifestar preocupação com a reduzida margem apurada de apenas 55,34 mil euros. Face ao exposto, o PSD votaria contra o Orçamento e opções do Plano 2025, conforme documento em anexo (**vide anexo 8**)-----

Senhor Presidente da União de Freguesia de Pedroso e Seixezelo, Filipe da Silva Lopes, disse estarem a apreciar e Votar o Orçamento e opções do Plano da Câmara Municipal para o ano de 2025, o último orçamento daquele ciclo autárquico. Quando analisavam o documento e alguns ali estavam desde 2013, já tinham dificuldade em lembrar o estado caótico em que se encontravam as finanças da Câmara Municipal. Estado esse que penalizou as ambições dos executivos, quer municipal, quer das freguesias, que iniciavam as suas funções, a grande maioria pela primeira vez, e com a vontade de fazer diferente. Após o equilíbrio financeiro do município, foi possível colocar em prática os seus projetos e ambições. 11 anos volvidos e sob o lema “Dedicados a Gaia”, foi possível devolver a esperança e confiança aos gaienses, criando um conjunto de ações onde o único objetivo era a melhoria da qualidade de vida das pessoas e a realização de um conjunto de investimentos inteligentes, sustentáveis e estruturantes para o futuro do concelho.-Destacou os inúmeros projetos imateriais, implementados pelo município, que permitiram respostas a um conjunto amplo de necessidades. Ao mesmo tempo disse que os Presidentes de Junta, sentiam no Executivo Municipal um imprescindível parceiro na concretização dos seus projetos e objetivos. Deixou alguns exemplos da obra realizada, nas freguesias e por todo o concelho, durante aquele ciclo. Poderia ter mencionado muita outra obra realizada, a decorrer ou em vias de se iniciar, tal era a capacidade de investimento do Município para 2025. Mediante o documento apresentado pelo Executivo Municipal, o Grupo Parlamentar dos Presidentes de Junta votaria favoravelmente o documento. -----

Senhor Deputado João Paulo Rebelo da Silva (PS) disse ser a última vez que traziam um orçamento e opções de plano, no caso para 2025. Toda a informação sobre os documentos em discussão, bem como outros que com ele se relacionavam, eram públicos, mas sabia que nem sempre a informação resultava em conhecimento. Começou por citar a publicação do anual da Ordem dos Contabilistas Certificados, que no seu anuário apresentava alguma informação, que lhe parecia útil para todos e talvez a transformassem numa espécie de um lucro pedagógico. Tentando uma comparação entre 2023 e 2013. Dez anos. Em 2013, o volume

5 de investimento era de 21,9 milhões. Em 2023 foi de 38,4 milhões, quase o dobro. Em 2013, foram pagos 9,2 milhões de empréstimos e em 2023, 25 milhões. Tinham sido o terceiro concelho do país com a maior diminuição do passivo exigível. A Câmara pagou mais de 200 milhões de passivo municipal. As contas no verde eram apenas um instrumento não o seu objetivo. Era algo que todos precisavam para prosseguir com a trajetória de desenvolvimento do território e estavam orgulhosos do trabalho feito na área financeira.

10 Ouviram pela voz de inúmeros intervenientes, no debate político, uma crítica recorrente acerca dos impostos em Gaia, que eram muito altos e poderiam ser mais baixos. A Câmara tinha baixado sete vezes o IMI e perguntava quantas vezes isso tinha acontecido nos executivos anteriores. Eram quase 8 milhões € que ficavam do lado das pessoas, mesmo sabendo que menos impostos significaria menos investimento. Deixou a pergunta qual seria o imposto que a oposição diminuía e o que deixavam de fazer para concretizar isso. O

15 orçamento da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia para 2025 era de 84,76000000 €, mais 12,86000000 € que no ano passado e desse valor quase 70% eram receitas correntes e 30 receitas de capital. Existia uma marca que não podiam deixar de destacar, as políticas na área social. Eram uma importante e significativa dimensão do seu projeto político, algo quase impossível de comparar com qualquer coisa que tenha sido feita no passado, tal a disparidade de elementos para analisar. Apontou a educação, a saúde e referindo o

20 heliporto em obra de 1,5 milhões €. Lembrou o voto de várias bancadas na Assembleia, quando o Executivo e a maioria do Partido Socialista optaram por usar dinheiro do orçamento municipal, para investir no Hospital de Vila Nova de Gaia. Apostaram em Quatro Unidades de Cuidados Continuados 342 lugares, no Centro de Saúde dos Carvalhos, em Adjudicação, no Centro de Saúde Grijó, projeto e execução em fase final. Reabilitaram oito escolas, quatro novas creches. Desenvolveram o Gaia aprende mais e Gaia aprende mais i,

25 Escola Ciência Viva, Apoios Sociais nas escolas. No âmbito municipal, falava das novas oficinas municipais, do novo quartel da polícia e da nova frota de veículos pesados do município. Continuou a apontar a evolução na área da mobilidade e das verbas necessárias. Um orçamento de 285 milhões que se apresentava numa trajetória crescente, num modelo de desenvolvimento sustentável e onde as contas estavam ao serviço da política e onde a política estava ao serviço das pessoas. Orçamentos apresentados e taxas de execução

30 elevadíssimas, como já tinham sido destacadas, tornavam muito credíveis os documentos. Concretizados nos últimos dez anos resultavam de um projeto iniciado em 2013, assim trabalhado de forma pensada e estruturada, com projetos que ficavam para lá dos seus mandatos. Dedicados a Gaia e ao seu futuro, assim aprovavam de forma entusiasta, o documento apresentado pelo Executivo, a quem saudavam. conforme documento em anexo (**vide anexo 9**)-----

35 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** disse, que dentro do que conseguiu anotar de mais importante para responder, mais do que propriamente fazer considerações políticas genéricas, estariam todos, em abril, a discutir o relatório e contas e para fazer o balanço, não apenas de um mandato, mas de um ciclo autárquico. Pois até poderia fazer sentido falar em falta de ambição, aspetos muito

5 negativos, quando se fazia a avaliação de um mandato. Quando se fazia uma avaliação de caráter mais
estrutural e de um ciclo autárquico, o Executivo era apenas a segunda vítima ou o segundo alvo do ataque,
porque verdadeiramente o primeiro alvo, no caso concreto, era o povo. O povo em duas eleições seguidas,
deu 60% a uma gestão municipal. Poderíamos achar muito, mas haveria de acontecer alguma coisa para que
o povo, em tempos da grande ambição o fizessem. Assustava-o ver naquela assembleia quem olhasse para
10 o passado, com uma saudade assustadora e com vontade de dizer mal e desvalorizar, da parte de alguém
que não foi capaz de construir uma efetiva alternativa. Tentou corrigir explicando algumas situações
referidas, pelos deputados, e que não concordava. Lembrou que só teria nove meses de gestão do próximo
ano, mas que também se perceberia que seriam nove meses mais fortes do ponto de vista financeiro, até
porque teriam um subsídio de férias, a maior parte dos meses de massa salarial, etc., E arriscava-se a dizer
15 que tinha uma confiança muito grande de que pudesse ser o orçamento com a maior taxa de execução.
Lembrou o facto de a Câmara Municipal ter vendido, por 30 anos, o estacionamento na via pública,
recebendo à cabeça todo o dinheiro das rendas e depois durante 30 anos os autarcas a seguir ficaram sem
nada. Nesse ano teve um crescimento de 20 milhões € de uma receita extraordinária, também isso contribui
para fazer crescer os orçamentos. Mas aquilo que era relevante e que ficava para memória futura era a
20 qualidade de um orçamento apenas do ponto de vista técnico e não do ponto de vista político. A qualidade
de um orçamento media-se, não pelo volume de dinheiro que inscrevia, mas pelo volume de dinheiro que
executava. Ter um orçamento de 300 milhões e só executar 150 de pouco servia, o melhor era ter um
orçamento de 200 milhões e executar 200. O orçamento era menor, mas a taxa de execução era 100%. As
entidades, o que faziam não era verificar se o orçamento aumentava muito ou pouco, era perceberem se ele
25 tinha tido uma boa taxa de execução ou não e quanto é que se executava. Achou que o Partido Socialista, na
sua intervenção, sintetizou bem o que poderia ser um equilíbrio bom. Recordou que teve influência como
presidente de Câmara e se deslocou várias vezes para lutar por investimentos para Gaia, quer fosse pelo
Corte Inglês, ou pela linha do Norte ou ainda ter sido o primeiro presidente de Câmara de Vila Nova de Gaia,
a presidir à área metropolitana. Um dia entregaria o testemunho a alguém que também iria correr muito e
30 todos seriam mesquinhos se continuassem com a tendência de sempre que chegavam, olhassem para trás e
dissem que tinha sido uma desgraça, uma vergonha.-Vila Nova de Gaia era o concelho com maior número
de projetos do país, no âmbito do PRR. -----

Senhora Deputada Ivone Maria Oliveira de Sá Santos (PSD) mencionou que o Presidente gostava de
enfatizar os adjetivos e tendo o presidente referido que lhe deixaram dívidas para pagar, perguntou-lhe se
35 quando fosse embora deixava o passivo da Câmara a zero, pois, não acreditava nisso. Ressalvando achar que
os financiamentos deviam ter maturidade de acordo com a sua finalidade, referiu que a Câmara tinha
financiamentos a 20 anos, pelo que os mesmos também iam ser deixados pelo Sr. Presidente para outros
pagarem. Era uma constatação. Se a Câmara contratava financiamentos a 20 anos, parecia-lhe que não os

5 iria pagar num ano, nem em seis meses, nem em sete meses. Ironizou que, a acreditar no Sr. Presidente, este iria terminar o mandato com a Câmara sem qualquer passivo, apenas com fundos próprios, o que iria ser fantástico, mas que na sua opinião tal não iria acontecer. A Senhora Deputada referiu ainda que o PS e o executivo não queriam falar de contas, que falar de contas era só no ano seguinte, mas depois falavam do anuário financeiro. Em resposta ao deputado João Paulo, que falou no anuário financeiro, a Senhora
10 Deputada referiu que o Sr. Deputado se esqueceu de dizer que Gaia era dos municípios com maior despesa de pessoal paga e o 2º município com maior valor de passivo exigível. Afinal o Anuário financeiro também dizia umas coisas menos boas acerca do Município. Ainda em resposta ao Sr. deputado do PS, que falou no número 200 (milhões), a Senhora Deputada também acentuou o número 200, mas para referir que 238 milhões foi quanto o PS arrecadou de impostos e taxas nos seus últimos 8 anos de mandato a mais do que o
15 valor arrecadado pelo PSD nos seus últimos 8 anos de mandato e que isso se deveu aos investimentos feitos pelo PSD no seu mandato. O Município, nos últimos 8 anos, recebeu impostos e taxas no valor de 720 milhões de euros quando o PSD, nos seus últimos oito anos de mandato, de impostos e taxas, recebeu 482 milhões de euros. De facto, no executivo do PS, a Câmara recebia muitos mais impostos do que no executivo do PSD, o que dava em média mais 30 milhões por ano. Relativamente às despesas com pessoal, referiu que consultando os Relatórios e contas constatava-se que o valor de gastos com pessoal era de 44 milhões € em
20 2020 e de 46 milhões de euros em 2021 e o valor que estava no Orçamento para 2025 de gastos com pessoal era 87 milhões €. Assim, em face do exposto, queria dizer que, em 4 anos, os gastos com pessoal duplicaram. Era uma questão de consultar os relatórios. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues tentando responder á deputada e de
25 acordo com o discurso da mesma que tinha dito que de 2022 para 2025, iriam duplicar as despesas com pessoal que não seria. Teria de ir ao primeiro relatório e contas e verificar qual era a despesa efetiva com pessoal. Seguidamente que analisasse o número de pessoas que a Câmara, entretanto tinha recebido e acrescentasse mais 120 pessoas que tinham vindo do Parque Biológico, que também era Câmara, e as 180 da Gaianima, esse volume de pessoas, que entrou para a Câmara, significou uma assunção de
30 responsabilidades para toda a vida. Em 2020, 21 e 22 tinham uma massa salarial que se comparava com 2015 e 2016, que tinham o mesmo tipo de salários, o mesmo tipo de receitas para pagar os salários e com o mesmo tipo de fontes de financiamento. Capitais próprios, receitas próprias. Entre 2022 e 2025 entraram 1500 pessoas para a Câmara que empolava o passivo do lado dos salários. Aumentava os salários, aumentava o volume da massa salarial. A descida dos impostos era preocupante, porque punha em causa a estabilidade
35 do município numa eventualidade de redução de receitas. Do lado da receita, não duplicou nada, a deputada estava a analisar mal. Deveria dizer que, o aumento da despesa com pessoal, foi compensado com receita extraordinária para o efeito específico, da Rubrica de gastos do Estado. Houve uma exceção, o aumento da recruta dos bombeiros, que eram coisas que assumiam da sua responsabilidade. O pessoal que tinha entrado

5 estava coberto, era pessoal, por uma transferência igualmente extraordinária, irregular, que todos os anos era avaliada num relatório específico e que era ou não compensado pela transferência do Estado. A primeira, se não fosse compensado pela transferência do Estado e houvesse um deficit, que era o que acontecia no momento, o Estado cobria o déficit tecnicamente. Se fosse verdade o que estava a ser dito, então no momento a autarquia estaria a violar as regras do equilíbrio orçamental. Desde aquele momento até dia 31
10 de dezembro, não teria nenhum fornecedor a pedir-lhe o pagamento de fatura. Relativamente a deixar dívida, tinham afirmado que a Câmara tinha 71 milhões mas desses 71 milhões, tinha cerca de 30 líquidos gerados por eles, o resto transitava para os que vinham a seguir ou para os empréstimos da habitação. Os do tempo do doutor Menezes tinham transitado para ele e iriam transitar para o seguinte. A diferença era que a Câmara não tinha dívida no vermelho. Ninguém acreditaria que uma Câmara Municipal, decente, tivesse
15 dívida zero. Mesmo admitindo que já havia votado contra planos e orçamentos, por razões políticas, não criticava se o PSD votasse contra, mas gostaria de saber se estavam contra o Heliporto - 750.000 €, o Centro de Saúde dos Carvalhos, o Centro de Saúde de Grijó, o ATL para deficientes nas escolas 300.000 € A Ciência Viva, ou o viaduto que iria atravessar os jardins da Arrábida para no Arrábida apanhar aquela gente toda para o metro por ex. Então que dissessem naquilo que não concordavam e a alternativa que tinham para os levar
20 a votar contra o Plano e Orçamento. A finalizar disse que o único que dava uma solução era o Partido Comunista que acusou a Autarquia de fazer pouco, que deveria ter reduzido o imposto total, porque dava mais receita, mas não deram alternativas de despesa. Relativamente ao senhor deputado da IL, quando chegassem ao Relatório e Contas, com toda a consideração, faria o melhor que pudesse para o convencer que valeram a pena os 12 anos decorridos.-----

25

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.20. -----

**Votação: Aprovado por Maioria, com 34 votos a favor (19 do PS e 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS), 11 votos contra (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 02 CDU, 01 do CH e 01 da IL) e 03
30 abstenções (02 do BE e 01 do PAN).**-----

O Senhor Presidente da Mesa referiu, que conforme articulado em Conferência de Líderes, os pontos 4.21 a 4.24 seriam discutidos em conjunto, com votação em separado.-----

35 **4.21. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Procedimento Concursal para constituição de reserva de recrutamento de trabalhadores em regime de**

5 **Contrato de trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo incerto, para a Carreira/Categoria de Assistente Técnico (Animador Sociocultural)**.....

10 **4.22. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Procedimento Concursal para constituição de reserva de recrutamento de trabalhadores em regime de Contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, para a Carreira/Categoria de Assistente Operacional”**.....

15 **4.23 da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Procedimento Concursal para constituição de reserva de recrutamento na modalidade de Contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado na Carreira Geral de Técnico Superior, área de Engenharia Civil”**.....

20 **4.24. da Ordem de Trabalhos Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Procedimento Concursal para constituição de reserva de recrutamento na modalidade de Contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado na Carreira Geral de Técnico Superior, área de Direito”**.....

25 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.21.**.....

Votação: Aprovado por Unanimidade......

30 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.22.**.....

Votação: Aprovado por Unanimidade......

35 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.23.**.....

Votação: Aprovado por Unanimidade......

40 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.24.**.....

45 **Votação: Aprovado por Unanimidade.**.....

5 **4.25. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Concessão para Construção e Exploração do Centro Funerário e Crematório do Município de Vila Nova de Gaia”.-----**

10 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues**, não sabendo o que tinham decidido na reunião de líderes, disse ser absolutamente fundamental que votassem, e pudessem fechar no 4.28 que seria o ideal-----

15 **Senhor Deputado Joaquim Moreira Barbosa (PSD)** Relativamente ao ponto, queria dar uma opinião relativamente ao assunto, relativamente á desconfiança daquilo que era a implementação do crematório, em Canelas, reconhecia que, no passado, ele próprio, tinha essa desconfiança. Depois de ler todo o documento ali apresentado, todos os requisitos, tudo aquilo que era exigido, verificava que cumpria de facto com todas as normas ambientais possíveis, apenas sugeria ao Senhor Presidente, fazer tipo, uma ou outra sessão de esclarecimento para que de facto essa implementação não continuasse a ter contestação, a qual era uma realidade. Que em Canelas pudesse ser feita uma ou duas sessões de esclarecimento com técnicos, para bem de todos, para que de facto, quando a implementação fosse feita, não houvesse mais contestação que sentia existir no momento. -----

20 **Senhor Deputado Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol (CDS-PP)** disse que o que foi dito pelo deputado Joaquim Barbosa era parte daquilo que iria propor. Relativamente ao ponto seria favorável e a todo e qualquer equipamento que se pretendesse fundamental e preponderante para o concelho e no serviço à sua população. Mais ainda, um equipamento que, em seu entender, era crucial para o concelho e certamente para todos os concelhos limítrofes que em muito utilizariam todo esse equipamento. Gostaria de perguntar, por mera curiosidade e conhecimento, por que razão voltava a proposta á Assembleia para aprovação, uma vez que já tinha sido votada anteriormente. Outra questão era que após alguma leitura do caderno do concurso verificou que existia uma certa incongruência na elaboração do mesmo e sobretudo na construção, na parte que dizia respeito à apresentação do projeto e à construção do equipamento. No ponto seis, relativa à descrição dos compartimentos. O articulado de zonas técnicas. A linha D 9, que se referia à garagem com capacidade para quatro veículos funerários. Posteriormente, no ponto nove, no quadro de áreas do articulado correspondente às zonas técnicas onde se inclui a garagem, o quadro apenas contemplava três carros. O que tinha acontecido, conforme documento em anexo (**vide anexo 10**).-----

30 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** disse, que aquele equipamento era mesmo um equipamento, não era um presente envenenado. Se comparassem com o modelo do Tanatório de Matosinhos, aquele que mais perto tínhamos, e estavam a falar de uma geração de tecnologia que já não se usava e o que iriam ter nada tinha a ver com aquele. Poderia apresentar o projeto, mas uma coisa era isso,

5 outra era apresentar um conjunto de coisas que na verdade eram questões técnicas e legais, porque mesmo que quisessem facilitar a exigência, havia questões legais que não podiam ultrapassar.–Não iria ter cheiros, não se iria ver os fumos, teria uma capela e ficaria numa zona recôndita sem capacidade construtiva. Ia ser bonito. -----

10 **Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.25.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

15 **4.26. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao 2º Edital de Oferta Pública de Aquisição de Imóveis para implementação de projetos no âmbito do Investimento RE-C02-I01 – Programa de Apoio ao acesso à Habitação – Aviso de Publicitação n.º 01/C02-I01/2021, Componente 02 – Habitação – Alterações à Minuta do Contrato Promessa e outros”.** -----

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.26. -----

20 **Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

25 **4.27. da Ordem de Trabalhos Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Desafetação do Domínio Público de uma das Parcelas de Terreno, sitas no Lugar da Lavandeira, Freguesia de Oliveira do Douro – Retificação da Deliberação da Assembleia Municipal de 25 de julho de 2024, uma vez que a sua área é de 13.920 m2”.** -----

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.27. -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

30 **4.28. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: -----**

• Posturas Municipais de Trânsito na Rua de Nossa Senhora das Dores, União de Freguesias de Serzedo e Perosinho; -----

• Postura Municipal de Trânsito na Rua dos Abraços, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso;

- 5
- **Postura Municipal de Trânsito na Rua do Rio de Pisão, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo; -----**
 - **Postura Municipal de Trânsito na Travessa das Moutadas, União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares; -----**
 - **Postura Municipal de Trânsito na Rua Rio do Paço, União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares; -----**
 - **Postura Municipal de Trânsito no Travessa de Caetano de Melo, Freguesia de Oliveira do Douro”. -----**
- 10
- Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.28. -----**
- Votação: Aprovado por Unanimidade. -----**
- 15
- O Senhor Presidente da Mesa** referiu que a Sessão continuaria no dia 19, por razões que o senhor Presidente da Câmara já tinha explicitado e a ele solicitado, conforme informou na Conferência de Líderes. Disse às senhoras e senhores deputados que era o melhor critério inscreverem todos os partidos, que tivessem mais do que um orador para intervir para depois, se fosse o caso, poderem desistir. Dava menos confusão e fluía melhor o trabalho da Mesa.-----
- 20
- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade**, conforme documento em anexo (**vide anexo11**). -----

5

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram 01 horas e 35 minutos do dia seis de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

10

A Primeira Secretária

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

15

O Presidente da Assembleia Municipal

(Albino Pinto de Almeida)